MACAÉ 2030

Futuros cenários além do petróleo

Macaé
PREFEITURA
Secretaria Adjunta | ENSINO SUPERIOR

Prefeitura Municipal de Macaé
Welberth Porto de Rezende

Secretaria Municipal de Educação
Leandra Lopes Vieira

Secretaria Municipal Adjunta de Ensino Superior
Flaviá Picon Pereira

Observatório da Cidade de Macaé
Alice Ferreira Tavares

Organização
Alice Ferreira Tavares
Ana Eliza Port Lourenço
Felipe Dias Ramos Loureiro
Gisele Silva Barbosa
Leila Brito Bergold
Lia Hasenclever
Luana Silva Monteiro
Maria Inês Paes Ferreira

Editorial
Ana Eliza Port Lourenço
Cremilda Barreto Couto
Leila Brito Bergold
Lia Hasenclever
Luana Silva Monteiro
Gisele Silva Barbosa

Revisão
Cláudia de Magalhães Bastos Leite

Revisão e Normalização ABNT
Henrique Barreiros Alves

Diagramação
Raphael Bózeo de Sousa

Fotografia
Raphael Bózeo de Sousa
Cézar Fernandes (divulgação BRK)

Colaboração
Renatta Viana Rodrigues

Projeto Macaé 2030

Instituições de Ensino
FeMASS
UFRJ
NUPEM-UFRJ
UERJ
UFF
IFF
CEDERJ
FAETEC-Rj
UENF
CANDIDO MENDES

Grupo de trabalho interinstitucional
Alfredo Manhães
Aurea Yuki Sugai
Carlos Barboza
Cristina Maria de O. Melo
Elaine Antunes
Erick Zickwolff
Gisele Muniz
Giuliano Alves Borges e Silva
Henrique de A. Carvalho
Henrique Rocha Mendonça
Hugo Bomfim
João Wellington de Assis
José Augusto F. da Silva
José Ricardo Siqueira
Larissa Tavares
Marcelina Marri B. C. França
Maria Gertrudes Justi
Moisés Marinho
Paulo de Tarso
Raul Ernesto Lopez Palacio
Thiago Rocha Gomes

PARTE 4

SAÚDE NO CONTEXTO DA AGENDA 2030

A FOME E O PROCESSO DE VALORIZAÇÃO DO CAPITAL[1]

Darana Carvalho de Azevedo[2]

Resumo: A fome é uma das manifestações da insegurança alimentar e nutricional, expressão da questão social, oriunda da desigualdade que é desencadeada pelo modo de produção capitalista, detentora de uma lógica de valorização do capital que subordina o valor de uso ao valor de troca, estabelecendo um modo de vida sem sentido, à medida que se trabalha para a geração de lucro e não para as reais necessidades humanas. Partindo desse pressuposto, o presente artigo analisa como esse processo de valorização reflete na Segurança Alimentar e Nutricional, sob os aspectos de produção e distribuição das commodities; custos da alimentação; condições socioeconômicas; e questões culturais. Os resultados demonstram que essa lógica de valorização afeta a produção, distribuição e consumo dos produtos alimentares, imprimindo consequências na disponibilidade dos produtos, na composição nutricional, na qualidade sanitária, nos padrões de consumo, na capacidade de compra, nas preferências alimentares e no uso sustentável dos recursos naturais.

Palavras-Chave: fome; segurança alimentar e nutricional; valor de uso; valor de troca.

1 INTRODUÇÃO

> "-História da fome não é história que se conte – começou Zé Luiz – é só tristeza. Tristeza e vergonha. História feia. Mas se vocês querem, eu conto assim mesmo."
> (Castro, 1967, p. 73).

Sem detença, iniciamos este artigo esclarecendo que essa "história" é a manifestação mais crua e perversa da desigualdade social, presente nas sociedades contemporâneas. Longe de ser uma condição natural da vida, a fome estrutural é produto do conflito capital-trabalho inerente ao modo de produção capitalista.

A fome é uma das manifestações da insegurança alimentar e nutricional. Esse complexo fenômeno é uma flagrante violação ao direito humano à alimentação adequada. Conforme dados divulgados pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em 2020, aproximadamente, 928 milhões de pessoas estavam em situação de insegurança alimentar, em níveis graves, isto é, cerca de 12% da população global que, em sua expressão mais grave, podem ter ficado um dia inteiro sem comer; e 2,37 bilhões de pessoas, sem acesso à alimentação adequada, o que corresponde a quase uma em cada três pessoas no mundo.

A relevância do assunto é facilmente justificada pelos números alarmantes e crescentes, mas ratifica-se a necessidade de abordar esse tema a partir da lógica de seus elementos fundantes relacionados à valorização do capital. Primeiramente, porque a forma explícita dessa abordagem é incomum em relação à segurança alimentar e nutricional e segundo, porque o desconhecimento do processo de valorização do capital e sua inflexão na segurança alimentar e nutricional provocam análises limitadas, motivo pelo qual encontram-se trabalhos que apresentam como metodologia explicitada o materialismo histórico-dialético, contudo exibindo variáveis analíticas e/ou resultados cuja epistemologia foge da abordagem crítica e dialética.

A lógica de valorização do capital corresponde ao modo de produção capitalista que considera o valor de uso (referente às necessidades) subordinado ao valor de troca (referente à valorização do valor). Essa lógica se dá sob dois aspectos: a divisão social do trabalho e a propriedade privada. Essa divisão coloca o ser em interdependência com o outro, cada produtor produz para o outro e não para si, assim a produção é voltada para a troca e o valor dessa mercadoria é gerado pelo trabalho abstrato (substância do valor).

De acordo com Mészáros (2011), o sistema de capital, na atualidade, não pode mais se desenvolver sem recorrer à taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias como mecanismo intrínseco, aprofundando a disjunção entre a produção voltada para o atendimento das necessidades humanas e aquela direcionada para a autorreprodução do capital, intensificando, assim, as consequências destrutivas, colocando em risco o presente e o futuro da humanidade.

Por seu turno, Chesnais (2003) explica que o modo de acumulação, com predominância financeira, expressa modificações não só no padrão de acumulação, mas também nas formas de valorização do capital, impactando as relações sociais de produção e reprodução da vida humana.

Partindo desse pressuposto, o presente artigo objetiva apresentar uma análise de como esse processo de valorização do capital, na era do capitalismo financeiro, reflete na Segurança Alimentar e Nutricional, contribuindo dessa forma para avaliações menos ingênuas.

Os aspectos selecionados para a análise foram produção e distribuição das commodities; os custos da alimentação; as condições socioeconômicas, mais precisamente, trabalho e renda; e as questões culturais. A partir desses objetos, algumas dimensões que contemplam o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional foram observadas, no entanto é importante esclarecer que não é pretensão deste artigo elucidar sobre todas as dimensões que compõem o referido sistema de monitoramento e avaliação.

Para tanto, o método utilizado foi a análise documental (leis, jornais, discursos e relatórios de pesquisas e notas técnicas de órgãos nacionais e internacionais) em conjunção com a análise de dados secundários, cujo marco temporal se situa na atual conjuntura, marcada pela crise do capital, pela pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), e pelas transformações no mundo do trabalho e na esfera produtiva, tendo como recorte espacial o Brasil, entretanto, estabelecendo um diálogo com o contexto global. Explicita-se que, na seleção dos documentos e dos dados secundários, priorizaram-se as informações mais atualizadas, contudo, resgatando períodos anteriores, quando se observou que as tendências da evolução histórica eram importantes para a análise.

Dessa forma, o trabalho inicia com uma breve abordagem sobre a interpretação da fome, no Brasil, a partir dos marcos da Segurança Alimentar e Nutricional, para, em seguida, elucidar sobre a fome no sistema capitalista, avançando, posteriormente, para uma apreciação da particularidade capitalista de subordinação do valor de uso, que atende as necessidades humanas, aos interesses do lucro, analisando, finalmente, a partir do contexto atual brasileiro, os resultados dessa lógica e sua interação com a segurança alimentar e nutricional.

1.1 A FOME COMO UMA QUESTÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A Segurança Alimentar e Nutricional, no Brasil, é associada ao direito de acesso à alimentação necessária à vida saudável e adequada. De acordo com a Lei Orgânica para a Segurança Alimentar e Nutricional, Lei nº 11.346/2006, a alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal de 1988.

Ainda, na Lei nº 11.346/2006 que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar

e Nutricional – SISAN, a Segurança Alimentar e Nutricional – SAN diz respeito:

> [...] a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Brasil, 2006, art. 3º).

Logo após, a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, instituída pelo Decreto nº 7.272/2010, estabelece, dentre as diretrizes que deverão nortear a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada (Brasil, 2010, art. 3º, inciso VIII).

Para o monitoramento é instituído como base a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA que mensura a percepção das famílias em relação ao acesso aos alimentos. Esse instrumento é capaz de "identificar os grupos populacionais mais vulneráveis à violação do direito humano à alimentação adequada" (Brasil, 2010 art. 21, § 6º) e de apontar as desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero associadas.

Conforme a Política Nacional de Segurança Alimentar, o monitoramento deve contemplar as seguintes dimensões de análise: produção de alimentos; disponibilidade de alimentos; renda e condições de vida; acesso à alimentação adequada e saudável, incluindo água; saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados; educação; e programas e ações relacionadas à segurança alimentar e nutricional.

O monitoramento contempla essas dimensões porque elas repercutem diretamente na condição de segurança alimentar e nutricional, porém estão também intimamente conectadas com as relações estabelecidas pelo sistema capitalista, o que nos conecta ao segundo ponto a ser trabalhado neste artigo.

2 **A FOME E O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA**

O tema fome sempre esteve presente na história da humanidade, encontram-se relatos que vão desde o aspecto religioso, localizado na Bíblia Sagrada em Gênesis 12: 10-11 até o marco histórico que ficou conhecido como a Grande Fome, que juntamente com a peste e a guerra é denominada por muitos historiadores como parte da trilogia da crise feudal.

Muito embora a história revele que a razão pela qual o sistema feudal foi assolado pela fome tivesse relação com a densidade populacional maior que a produção de alimentos, devido às técnicas agrícolas rudimentares, além de outras questões que contribuíram como situações climáticas que impactaram na colheita e, consequentemente, aumento do preço dos alimentos, não se pode atribuir à sociedade capitalista as mesmas causas para esse fenômeno.

Para Thomas Malthus a escassez de comida, tendo em vista a impossibilidade produtiva, levaria à fome. Diferente do autor, defende-se, neste artigo, que a fome

estrutural para além das questões climáticas e das consequências oriundas de territórios em guerra que influenciam na produção (entendida aqui como fome conjuntural) decorre da pobreza e da desigualdade social, que derivam do modelo de desenvolvimento econômico e social vigente. Dessa forma, vale reforçar que, no sistema capitalista, ao contrário do que ocorria nas formações sociais precedentes, a pobreza não provém da penúria generalizada, mas de uma contínua produção de riquezas (Paulo Netto, 2007).

A título de exemplificação, a estimativa da produção da safra brasileira, em setembro de 2020, foi de 257,8 milhões de toneladas (CONAB, 2020), enquanto, paradoxalmente, a fome no país, nesse mesmo período, atingiu 19 milhões pessoas, isto é, cerca de 9% da população mundial e mais da metade dos brasileiros conviviam com algum grau de insegurança alimentar. Para janeiro de 2022 a estimativa da safra era de, aproximadamente, 284,4 milhões de toneladas (CONAB, 2021), um aumento de 26,6 milhões que, provavelmente, não repercute na diminuição da fome. Infelizmente não temos dados atualizados de Segurança Alimentar no Brasil para realizar a comparação, mas conforme as análises da Pesquisa de Orçamento Familiares (POF) 2017-2018, houve um aumento da insegurança alimentar quanto ao acesso aos alimentos em comparação às pesquisas anteriores. Vale ressaltar que foi um agravamento indicado anteriormente à pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2).

Contribuindo com essa análise, segundo avaliação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020, o índice de Palma, no Brasil, foi de 3,71, isto quer dizer que os 10% mais ricos possuíam uma massa de rendimento 3,71 vezes maior do que os 40% mais pobres. Importante considerar que, nesse ano, foi implementado o programa emergencial (em virtude da pandemia da Covid-19), cuja focalização foi mais intensa nos décimos da base da distribuição que o indicador utiliza, se não houvesse os benefícios de programas sociais. Esse índice chegaria a 5,39, representando um aumento de 18,1% entre os anos 2012 e 2020, isto é, um aumento considerável da desigualdade monetária (IBGE, 2021).

Completando a análise da desigualdade para além dos extratos monetários, em última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), novembro de 2021, a população ocupada de cor ou raça branca ganhava, em média, 73,3% mais do que a de cor ou raça preta ou parda e os homens, 28,1% mais que as mulheres.

Enfim, os dados confirmam a contínua produção de riqueza, distante da penúria generalizada que ora pudesse ter sido utilizada como justificativa e, mais do que isso, apontam para uma preocupante desigualdade que, visivelmente, tem sido relegada a ações de cunho pontual e não estruturante.

3 A LÓGICA DE VALORIZAÇÃO DO CAPITAL E SEUS REFLEXOS NA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO BRASIL

De acordo com Marx, toda mercadoria possui valor de uso e de troca. O valor de uso é a utilidade de uma coisa e se realiza com sua utilização ou consumo. Na sociedade capitalista, os "valores de uso são, ao mesmo tempo, os veículos materiais do valor de troca" (Marx, 2013, local. 830). O valor de troca, por sua vez, é definido pela quantidade de um produto que é possível conseguir em troca de uma certa quantidade de outro produto. Dessa forma, o valor de troca depende da quantidade de trabalho que é medida pelo tempo de sua duração, e o tempo de trabalho, por frações do tempo.

> Como valores de uso, as mercadorias são, antes de mais nada, de qualidade diferente; como valores de troca, só podem diferir na quantidade, não contendo, portanto, nenhum átomo de valor de uso (Marx, 2013, local. 842).

Assim, na relação de permuta das mercadorias, o valor de troca se revela independente do seu valor de uso, instaurando a autovalorização, isto é, mediante a divisão social do trabalho e a propriedade privada, o trabalho na sociedade capitalista aparece como trabalho assalariado cujo produto é para satisfazer a necessidade do outro e não a sua. Ocorre, dessa forma, a subsunção do processo de trabalho ao capital, subjugando-o ao processo de valorização.

A subsunção corresponde a um movimento dialético no qual a força de trabalho é incluída e transformada em capital. Com o desenvolvimento do capitalismo, mais especificamente, no modelo de produção toyotista, essa subsunção é real, com efeito, estabelece-se um modo de vida que é sem sentido, à medida que se trabalha para a geração de lucro e não para as suas necessidades. Para tanto, imputa aos seres humanos uma forma de pensar e agir favorável à sustentação dessa ideologia. Da mesma forma, determina um sistema de relações entre sociedade/ Estado/ Capital que reforça o controle social no cotidiano da vida dos indivíduos.

Sendo assim, a partir da década de 1970, com a acumulação flexível, o capitalismo começa a apresentar uma nova configuração, há uma mundialização com dominância financeira (Chesnais, 2003) trazendo transformações não só no padrão de acumulação (agora rentista), mas também, nas suas formas de valorização, impactando o mercado de trabalho e as relações sociais.

Adotando a ideologia neoliberal, o mercado aparece como autorregulável, cabendo ao Estado, então, se redefinir para que, em concorrência com outros Estados, possa oferecer as melhores condições para produção e acumulação capitalista. Mediante esse ajuste, observa-se o desfinanciamento das políticas sociais, não somente pela redução dos custos, mas com o intuito de imputar o acesso aos serviços sociais via mercado, o desemprego em massa, a informalidade e a superexploração.

Portanto, em busca da fundamentação capitalista de maximização dos lucros verifica-se o acirramento dos interesses egoístas, a decadência da natureza e das formas de sobrevivência, isto é, implica tanto sobre as condições de reprodução da força de trabalho (superexploração) e o próprio acesso ao trabalho (desemprego, informalidade), quanto às formas de sociabilidade, de manifestação e de resistência. Confere-se, também, uma cidadania agora pautada pela capacidade de consumo

(Iamamoto, 2008). Nesse cenário é reforçado o posicionamento do mercado liberal acima do sujeito e de suas necessidades.

A partir desse panorama seguem as reflexões sobre o processo de valorização do capital e a segurança alimentar e nutricional, no Brasil. A análise realizada é referente à realidade atual, sendo importante ressaltar que, ainda que estruturadas por essa lógica de valorização do capital, as expressões atuais de insegurança alimentar e nutricional representam especificidades que variam, conforme determinada conjuntura histórica e de acordo com as forças sociais presentes.

No Brasil, a financeirização da economia se dá mediante a elevação das taxas de juros, privilegiando as finanças, o setor de serviços e as commodities. A expansão das commodities agrícolas é justificada devido ao seu alto valor de mercado, pois são úteis para a dieta alimentar, servindo algumas, também, como matéria-prima para outros mercados, além de poderem ser consideradas como ativo financeiro.

Em busca das mais lucrativas, ou seja, aquelas que servem de matéria-prima e insumo para outras mercadorias como produção de biocombustíveis e produção de ração para o consumo animal, nota-se cada vez mais a agricultura familiar, que produz os alimentos que serão destinados à alimentação, perder espaço para os grandes latifúndios e para a monocultura. Tal realidade pode ser observada, também, por meio da maior concessão de crédito para a produção de commodities que servem de matéria-prima ou insumo em detrimento a produtos direcionados à cesta-básica. Destaca-se que do total das contratações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), no ano 20/21, 20,7% foram para o milho e soja, usados como matéria-prima dos biocombustíveis; e 18,6% para produtos como arroz, feijão, verduras, trigo, café e frutas.

Assim, em busca de produtos de maior valoração são tomadas medidas que determinam a produção e a distribuição, afetando o tipo, a disponibilidade de produtos nutritivos, a cobertura da comercialização e até mesmo o preço. No caso se produz e se distribui para o que é mais lucrativo e não para as reais necessidades e demandas da humanidade.

Além disso, o latifúndio e a monocultura vêm a contribuir para o desmatamento e para o aumento da concentração de terra e renda. Conforme a Nota Técnica do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), no período de agosto de 2018 a julho de 2021, o desmatamento, na Amazônia, aumentou 56,6% em relação ao mesmo período em anos anteriores, só em Unidades de Conservação o aumento foi de 63,7%. De acordo com o Instituto, o desmatamento da Amazônia foi favorecido por medidas como:

> [...] o enfraquecimento da governança ambiental, decorrente dos cortes orçamentários nas instituições responsáveis pela fiscalização; as substituições de diretores e de chefes de operação exitosas do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis); as alterações no processo de autuação e de flexibilização das penalidades aos infratores ambientais; a desmobilização das instâncias de governança e de participação social nas políticas públicas; e a desarticulação institucional nas operações de comando e controle decorrentes do empoderamento do Exército Brasileiro para realizar a fiscalização (Abessa *et al.* 2019; Rajão *et al.* 2021; Lopes *et al.* 2021; Kleinschmit *et al*. 2021 *apud* Alencar *et al.,* 2022, p. 1-2).

Ainda sobre o desmatamento, o estudo do Ipam alertou, também, sobre o desmatamento das terras indígenas, com uma alta de 153%, em média, com atitudes alicerçadas por discursos de preconceito e discriminação que "validam" o não direito e incentivam a violência:

> Ruralistas e integrantes do governo, especialmente o próprio presidente Bolsonaro, disseminam abertamente discursos discriminatórios contra essas populações, classificando-as como inferiores, "que nem para procriar servem mais", ou porque "sufocam o agronegócio". Sendo assim, é preciso "dar armas e fuzis para os fazendeiros" (Furtado, 2021, p. 43 *apud* Pereira; Origuela; Coca, 2021, p. 18).

Como relatam Pereira; Origuéla; Coca, estão: "Sempre desmatando e matando aquilo que impede e questiona o seu crescimento desenfreado" (2021, p. 12). Com efeito, mais uma vez, em prol de mercadorias cujo valor de troca no mercado é mais proeminente se destrói o ambiente, comprometendo o uso sustentável dos recursos naturais da sociedade.

Sobre a concentração de terras, o último censo Agropecuário, realizado em 2017, apontava que 1% dos proprietários de terra controlavam 50% da área rural do país. Ora, o latifúndio é, historicamente, desigual no país, mas vem sendo alimentado pelo agronegócio, aprofundando a desigualdade social e, com essas últimas atitudes, a violência e o não direito.

Mais recentemente, em janeiro de 2022, em discurso realizado no evento sobre agronegócio, no Banco do Brasil, o presidente declarou ter colocado fim ao envio de recursos públicos que iam para organizações não governamentais (ONGs) que, segundo ele, financiavam o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Nesse mesmo evento ele ainda enalteceu o Congresso Nacional, que liberou o "porte estendido" de arma de fogo para o homem do campo. "Levou mais tranquilidade", defendeu.

Soma-se a esses últimos acontecimentos a diminuição de multas ambientais, a não demarcação de terras indígenas e o afrouxamento das regulamentações legais, tais como as ocorridas com o uso de agrotóxicos. Importante destacar também o desmonte do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) cujo objetivo era fomentar a agricultura familiar e combater a insegurança alimentar de pessoas em situação de vulnerabilidade.

Enfim, favorecidas pela atual conjuntura brasileira, delimitadas pela força de dominação, pelas contradições e exigências das diferentes frações da burguesia e pela força dos movimentos das classes subordinadas de obter concessões e/ou construir alternativas concretas ao poder existente e é claro, arraigadas pela lógica de valoração do capital, destacamos medidas que incentivam a monocultura, o monopólio dos mercados agrícolas, a liberação do uso de agrotóxicos e sementes transgênicas, o avanço no desmatamento, práticas ilegais, emissão de gases do efeito estufa e a criminalização de movimentos sociais que faz aumentar os conflitos, a violência e a despossessão de terra.

Resumindo, a busca por produções agropecuárias mais lucrativas tem 1)

favorecido o financiamento para os produtores de commodities que servem de matéria-prima ou insumo para outras mercadorias em detrimento à agricultura familiar, reduzindo o acesso a alimentos que compõem a cesta básica; 2) incentivado o latifúndio e, consequentemente, a concentração de riqueza e desigualdade social, afetando, assim, a capacidade de compra de uma significativa parcela da população; 3) adotado políticas que oneram a natureza, os direitos de igualdade e a vida, além de tentar minar qualquer tentativa de resistência, impactando a qualidade sanitária dos produtos a serem consumidos. Por fim, em busca do lucro se perpetua a barbárie, o não direito a uma vida digna, solapando as condições de existência, tanto por dificultar o acesso aos bens vitais, quanto por degradar a natureza, essencial para a vida humana.

Não se pode negar que tais esforços foram exitosos para os ideólogos capitalistas. Em 2020, houve um aumento de 6% na exportação de produtos agropecuários, sendo o único setor da economia a apresentar lucro no país em meio à pandemia da Covid-19, porém ainda num cenário de diminuição de empregos, redução de renda, aumento da pobreza, aumento da desigualdade, enfim de deterioração das condições sociais e econômicas da maioria da população brasileira, assiste-se, portanto, a medidas que contribuíram para a insegurança alimentar e nutricional, como acabamos de demonstrar.

As medidas de combate à pobreza e à fome, tais como, o financiamento de benefício emergencial que ora pudesse ter sido favorecido com o crescimento do agronegócio (o velho discurso de combate à fome via aumento da produtividade) não são capazes nem intentam de prover mudanças estruturais, ao contrário, a fome é impactada pelo processo de valorização do capital, e torna-se cada vez mais proeminente e estrutural.

Soma-se a esse quadro a exploração do trabalho, ainda atendendo aos interesses do mercado em detrimento do ser humano, chama atenção o discurso do presidente Jair Bolsonaro sobre as regras de proteção da saúde e da segurança de trabalhadores, falando da possibilidade de, com base na lei, uma família, dona de propriedade rural, vir a perder a fazenda se estiver oferecendo aos trabalhadores:

> [...] espessura do colchão, recinto com ventilação inadequada, roupa de cama rasgada, copo desbeiçado, entre outras 200 especificações [...] esse cidadão vai perder a fazenda. Vão ele, netos e bisnetos para a rua, se não for para a cadeia. Quem tem coragem de investir num país como esse? Ninguém [...] O trabalhador, o empregador, tem que ter essa garantia. [Tal situação] leva o terror para o produtor(Amato, 2019).

Verificam-se discursos de preconceito e discriminação que “validam e justificam” o não direito, o não merecimento ao trabalho, à proteção social, dentre tantos outros direitos sociais, isto é, a consolidação de transformações societárias inerentes ao processo de subsunção do trabalho ao capital, que reforça o posicionamento do mercado liberal acima do sujeito e de suas necessidades. Toda a relação se inverte: a produção torna-se consequência das transações financeiras e a exploração da força de trabalho pelo capitalista encobre-se reificada na forma de capital que se autovaloriza. Todas as relações sociais implicadas (a divisão social do trabalho, a propriedade

privada, a acumulação primitiva, o processo de extração de mais-valia) são subsumidas à aparência de natural do capital, mistificando, consequentemente, os determinantes da fome.

Outro ponto importante a ser refletido é como a subordinação das necessidades da reprodução humana à geração do lucro implica não somente na produção e distribuição como vimos, mas ainda, no consumo dos produtos alimentares.

De acordo com a FAO, em 2019, os custos de uma dieta saudável, em nível global, foram, em média, 60% maior do que uma dieta que apenas atende aos requisitos de nutrientes essenciais e quase cinco vezes mais do que uma dieta que atende às necessidades energéticas mínimas por meio de um alimento rico em amido. Para complexificar mais o acesso a esses alimentos saudáveis, entre os anos 2017-2019, houve um aumento médio de 7,9% no custo da dieta saudável no mundo.

No Brasil, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apontou uma variação acumulada ao ano em alimentação e bebidas de 4,04, em dezembro de 2018; 6,37 correspondente ao mesmo período de 2019; e 14,09%, em dezembro de 2020, importante ressaltar que foi o grupo de consumo que registrou a maior variação, nos anos 2019 e 2020, sendo, nesse último ano, 42% a mais de variação, comparado com segundo maior grupo.

Ainda assim, levando em conta a inflação, a taxa de crescimento do rendimento domiciliar per capita entre 2012 e 2020 foi de apenas 2,6%, reduzindo, ainda, entre os anos 2019-2020 em 4,3% (PNAD Contínua, 2021).

Em suma, pautados por uma lógica de valoração, observamos os custos da alimentação desconectados de qualquer necessidade humana, trazendo consequências à própria capacidade de compra de alimentos e, mais ainda, de acesso a alimentos e a nutrientes necessários a uma alimentação saudável. O consumo se torna um fenômeno exclusivamente econômico e não um fato intimamente ligado à saúde pública.

Para finalizar, Harvey (2005) defendeu que a atual sociedade capitalista, caracterizada pela compressão espaço-tempo, inerente ao modelo de desenvolvimento do capitalismo financeiro, é marcada por mudanças no estatuto da produção cultural, no próprio modo de vida com a generalização de novas práticas, experiências e formas de vida.

Tais mudanças podem ser observadas a partir das características alimentares da sociedade, conforme as POFs realizadas em 2002-2003, 2008-2009 e 2017-1018, os alimentos in natura ou minimamente processados e ingredientes culinários processados vêm perdendo espaço para alimentos processados e, sobretudo, para alimentos ultraprocessados.

Ou seja, em uma sociedade na qual o processo de valorização do capital imputa aos seres humanos uma forma de pensar e agir favorável à sustentação dessa ideologia, que reforça o controle social no cotidiano de vida dos indivíduos, obtendo assim o consentimento dos dominados (Mészaáros, 2011), verifica-se a adoção de novas

práticas alimentares que simplificam o trabalho e economizam o tempo, em detrimento da qualidade, evidenciando a relação com a obesidade e a fome oculta, o que não deixa de ser uma verdadeira irracionalidade societal, como abordou Antunes (2004).

4 EMPREGO E POBREZA: ENSAIO CRÍTICO A PARTIR DA CIDADE DE MACAÉ-RJ

No contexto de explorar esta nova fase do capitalismo em busca de uma compreensão mais profunda do processo de valorização, adentramos em um ensaio crítico sobre a questão da fome no Eldorado, conduzindo uma análise socioeconômica a partir de 2020. Nosso objetivo é fornecer uma visão local baseada em dados quantitativos, sem a pretensão de realizar uma análise exaustiva da pobreza na cidade. Em vez disso, focamos em destacar informações pertinentes que merecem uma análise mais detalhada em estudos futuros. Dessa forma, essa seção trata-se de um apontamento que merece ser objeto de uma futura pesquisa.

Macaé está localizada a nordeste do Estado do Rio de Janeiro, mesorregião Norte Fluminense, com uma população estimada, pelo IBGE, em 2021, de 266.136 habitantes, sendo uma das cidades com maior arrecadação financeira, proveniente de *Royalties* do Brasil. A nível de exemplificação, a partir da Lei do Petróleo, precisamente, no ano de 2004, a cidade teve uma arrecadação de 374.147 (R$ mil), sendo que 293.027 (R$ mil) eram provenientes dos *royalties* (CIDE, 2010), atualmente, de acordo com a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), a arrecadação é mais de R$ 1 bilhão.

Essa prosperidade está refletida nos indicadores de renda e de desenvolvimento humano do Município: em 2020, o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 6 salários-mínimos. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, que é 0,764 (2010), está entre os 10 primeiros com melhor IDHM, índice alavancado, principalmente, em razão do indicador renda e longevidade que compõem o índice.

Em 2020, a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 43,5%, sendo a maior taxa de ocupação do Estado do Rio. No entanto, no que diz respeito aos rendimentos, no último censo, constavam 31,5% da população com rendimento nominal mensal per capita de até meio salário-mínimo, um dos piores do Estado, o que demonstra a imensa desigualdade social presente no município.

Em novembro de 2022, constavam 38.054 famílias cadastradas no CadÚnico, sendo 28.403 famílias com o cadastro atualizado nos últimos dois anos:

a) Famílias em situação de extrema Pobreza – 24.276 correspondem a 64% do cadastro;

b) Famílias em situação de Pobreza – 2.709 correspondem a 7% do cadastro;

c) Famílias de baixa renda – 5.490 correspondem a 14% do cadastro;

d) Famílias acima de ½ SM – 5.579 correspondem a 15% do cadastro.

O perfil das famílias cadastradas no Cadastro Único do município, em novembro de 2022, representava 58,9% de mulheres e 41,1%, homens, no que diz respeito à raça/cor;

56,82% das pessoas cadastradas se autodeclararam pardas; 26,52%, brancas; 15,88%, pretas; 0,66%, amarelas e 0,14%, indígenas.

Dos grupos populacionais específicos, em novembro de 2022, registraram-se, no Cadastro Único, 53 famílias de pescadores artesanais; 6 famílias ligadas à agricultura familiar; 106 famílias em assentados de reforma agrária; 5 famílias acampadas; 304 pessoas em situação de rua; 3 atingidos por empreendimentos e infraestrutura; 158 coletores de material reciclável; 16 famílias de presos do sistema carcerário e 74 resgatados do trabalho análogo à escravidão.

Sobre o cadastramento, observa-se de dezembro de 2018 em diante um aumento de famílias cadastradas, com um aumento considerável no período de pandemia, saindo de 19.871 famílias, em dezembro de 2018 para 38.056, em novembro de 2022.

Somente no ano de 2021 houve um acréscimo de 6.749 pessoas inseridas no Cadastro Único, sendo 3.888 novas famílias. De janeiro de 2021 a dezembro de 2022 houve um aumento de 25.984 pessoas inseridas, totalizando 16.286 famílias. Ressalta-se ainda que somente na faixa da extrema pobreza houve um aumento de 12.160 famílias.

Contraditoriamente ao aumento da pobreza e extrema pobreza, na cidade de Macaé, o município registou, em 2021, um aumento no número de geração de postos de trabalho, sendo um saldo de 4.681 empregos no setor de Construção e 3.226, no setor de serviços. Ao todo houve um saldo de 11.819 empregos, sendo o segundo maior do Estado, perdendo apenas para o município do Rio de Janeiro (CAGED, 2021).

Em 2022, Macaé manteve a colocação com saldo de 8.661 empregos, sendo o setor de indústria o que mais empregou, mais especificamente a atividade de apoio à extração de petróleo e gás natural, seguido pelo setor da construção e do setor de serviços (CAGED, 2022).

Os dados comprovam que não há uma relação direta entre o aumento de postos de trabalho e redução da pobreza, evidenciando que existem inúmeras variáveis determinantes, podendo perpassar pela superexploração do trabalho, pela ausência de políticas sociais, pelo privilégio de certos setores de produção como mencionado, entre outros, que operam de forma direta ou indireta na desigualdade social.

Os setores que evidenciam o aumento dos postos de trabalho são sugestivos para uma análise da superexploração, tendo em vista que os países dependentes, em tempos de globalização, não exportavam apenas matérias-primas a preços desfavoráveis, mas também enfrentaram uma exploração mais intensa de sua força de trabalho, com condições relativamente baixas e precárias de trabalho.

A ausência de políticas sociais, pode, de forma sucinta, ser observada na dificuldade de cumprimento das condicionalidades, o que faremos aqui apenas para se fornecer uma ideia, mas deixando claro que a análise não se deve reduzir a esses dados ou políticas, sendo necessário o aprofundamento do estudo.

Para exemplificação, o acompanhamento das condicionalidades de saúde

registrou, na 2ª vigência de 2021, 18.590 beneficiários(as) que tinham perfil para acompanhamento das condicionalidades de saúde. O município conseguiu acompanhar 9.063 beneficiários(as), o que corresponde a uma cobertura de acompanhamento de 48,75%, registrando um percentual abaixo ao resultado nacional de acompanhamento na saúde que foi de 69,78%.

Em setembro de 2022, a taxa foi de 52,8%, menor que a do Brasil, que foi de 72,7%, apontando a permanência na deficiência desse serviço em comparação à taxa registrada no país.

A dificuldade de acesso/ oferta aos serviços mostra-se melhor na política de educação, o acompanhamento das condicionalidades de educação apresenta, em setembro de 2022 um percentual de 60%, próximo da taxa de acompanhamento do Brasil que foi de 63,09% no mesmo período.

Essas condicionalidades são referentes ao Programa Bolsa Família: quando uma família entra no programa, ela e o poder público assumem compromissos para reforçar o acesso de crianças, adolescentes, jovens e gestantes à saúde e à educação. Esses compromissos são conhecidos como condicionalidades, quais sejam:

Condicionalidades de Saúde:

a) crianças menores de 7 anos devem cumprir o calendário de vacinação para sua faixa etária e ter acompanhamento de peso e altura;

b) gestantes precisam fazer o pré-natal;

Condicionalidades de Educação:

a) crianças de 4 e 5 anos devem ter frequência escolar mensal mínima de 60%;

b) crianças e adolescentes de 6 a 17 anos devem ter frequência escolar mensal mínima de 75%; e

c) jovens de 18 a 21 anos, que não tenham concluído o ensino básico, devem ter frequência escolar mensal mínima de 75%.

Enfim, não cabe a esse artigo a análise dos determinantes estruturais da pobreza e da fome na cidade de Macaé, mas instigamos, nessa seção, por meio de dados quantitativos, a curiosidade e vontade de busca do conhecimento para que se realize um estudo mais aprofundado sobre a pobreza e a fome que seja capaz de compreender os elementos estruturais frente a essa nova fase do capitalismo e ao seu modo de valorização do capital.

5 **CONCLUSÃO**

Concluindo, as análises apontam como o processo de valorização do capital afeta a produção, distribuição e consumo dos produtos alimentares. Por meio dos elementos analisados , observou-se como essa lógica imputa consequências na disponibilidade dos produtos, na composição nutricional, na qualidade sanitária, nos padrões de consumo, na capacidade de compra, nas preferências alimentares e no uso sustentável dos

recursos naturais da sociedade.

Com efeito, pode-se observar que a “fome tem sido alimentada” com atitudes de uma ideologia capitalista que denotam um verdadeiro “financiamento” da fome, em que as necessidades humanas são subsumidas pelas necessidades de mercado, naturalizando as consequências desse modo de produção, ou ora tratando essas questões políticas, como se fossem questões de incapacidades administrativas, novamente obscurecendo seus reais determinantes.

Conclui-se que as medidas adotadas são estruturadas a partir desse processo de valorização, ainda que sejam mais prejudiciais ou não, dependendo da correlação de forças existentes e de fatores conjunturais. Prepondera-se a ideologia de valorização, na qual o valor de mercado está acima das necessidades humanas, como pôde ser observado recentemente, quando forte pressão popular pressionou o governo para que fossem tomadas medidas que atendessem os impactos gerados pela pandemia de Covid-19. Como analisado, apesar da implementação do auxílio emergencial, ainda assim, prevaleceu a dicotomia entre geração de riquezas e as vidas humanas.

Enfim, os quadros de insegurança alimentar e nutricional permanecerão enquanto prevalecer as bases estruturantes da sociedade capitalista. No entanto, gostaríamos de finalizar dizendo que vamos sim, Sr. Zé Luiz, falar da fome porque reconhecemos que a produção e a reprodução da vida social, isto é, as condições materiais, que permitem a vida social, são movidas pelas contradições, de forma que a organização coletiva dos trabalhadores e o fortalecimento dos movimentos sociais podem reforçar as ações não hegemônicas e com isso influenciar de forma positiva os indicadores da insegurança alimentar e nutricional, ainda que não a supere, pelo menos, não, enquanto perdurar essa sociedade capitalista. E, também, são esses sujeitos que podem se apresentar como uma força contra-hegemônica ao capitalismo. Como sabemos, os sujeitos são produto da história, mas também fazem essa história, ainda que sob circunstâncias herdadas.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, A. *et al.* Amazônia em chamas: o novo e alarmante patamar do desmatamento na Amazônia. **Nota Técnica [do] IPAM Amazônia**, [*s. l.*], n. 09, fev. 2022. Disponível em: https://ipam.org.br/bibliotecas/amazonia-em-chamas-9-o-novo-e-alarmante-patamar-do-desmatamento-na-amazonia/. Acesso em: 6 fev. 2022.

AMATO, Fabio. Bolsonaro critica emenda que manda expropriar propriedade que explorar trabalho escravo. **G1**, Brasília, DF, 30 jul. 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/30/bolsonaro-critica-emenda-que-manda-expropriar-propriedade-que-praticar-trabalho-escravo.ghtml. Acesso em: 18 dez. 2023.

ANTUNES, R. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

AZEVEDO, D. Vamos sim, falar de fome! **Revista Katálysis.** Florianópolis, v.25, n.3, p. 488-497, set-dez. 2022.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**, Pronaf: Crédito Rural 2020/2021. [*S. l.: s. n.*, 2022?]. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/agropecuaria/credito-rural-desempenho-operacional. Acesso em: 08 fev. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 18 set. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: 05 fev. 2022.

BRASIL. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 26 ago. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm. Acesso em: 05 fev. 2022.

CAPARRÓS, M. **A fome**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

CASTRO, J. **Homens e Caranguejos**. São Paulo: Brasiliense, 1967.

CONAB. Acompanhamento de safra brasileira – grãos: Décimo segundo levantamento - safra 2019/20. Brasília, DF: Companhia Nacional de Abastecimento, v. 7, n. 12, set. 2020.
Disponível em: https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/graos/monitoramento-agricola. Acesso em: 8 fev. 2022.

CONAB. Boletim de Monitoramento Agrícola. Brasília, DF: Companhia Nacional de Abastecimento, v. 11, n. 1, jan. 2022.
Disponível em: https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/graos/monitoramento-agricola. Acesso em: 8 fev. 2022.

CHESNAIS, F. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Cemarx, 2003.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2005.

IAMAMOTO, M. Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro. n. 21, p. 117-139, 2008.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2021, 206 p. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=o-que-e. Acesso em: 5 fev. 2022.

IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018**: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br. Acesso em: 5 fev. 2022.

IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018**: avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br. Acesso em: 5 fev. 2022.

IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018**: perfil das despesas no Brasil: indicadores de qualidade de vida. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101886. Acesso em: 5 fev. 2022.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)** [novembro de 2021]. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=publicacoes. Acesso em: 5 fev. 2022.

IBGE. **Indicadores IBGE**: sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-IPCA. [Dezembro de 2019]. Rio de Janeiro: IBGE, dezembro de 2019. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=o-que-e. Acesso em: 5 fev. 2022.

IBGE. **Indicadores IBGE**: sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-IPCA. [Dezembro de 2020]. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=o-que-e. Acesso em: 5 fev. 2022.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. E-book.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

PAULO NETTO, J. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 134-168, 2007.

FAO. **O estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo**. Relatório 2021. [*S. l.*]: FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO, 2021. Disponível em: https://www.fao.org/3/cb4474en/online/cb4474en.html#chapter-executive_summary. Acesso em: 5 fev. 2022.

PINHEIRO, A. R. O; CARVALHO, M. F. C. C. Transformando o problema da fome em questão alimentar e nutricional: uma crônica desigualdade social. **Ciência & Saúde Coletiva**, [*s. l.*], v. 15, n. 1, p. 121–130, 2010.

PEREIRA, L. I; ORIGUÉLA, C. F; COCA, E, L. F. A política agrária no governo Bolsonaro: as contradições entre a expansão do agronegócio, o avanço da fome e o antiambientalismo. **Revista NERA**, [*s. l.*], v. 24, n. 58, p. 08-27, mai./ago., 2021.

NOTA DE RODAPÉ

[1] Parte desse artigo foi publicado na revista Katálysis, podendo ser encontrado em Azevedo (2022).

[2] Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (2004), mestre em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (2011), atualmente doutoranda pela Universidade Federal Fluminense. Assistente social efetiva na Prefeitura Municipal de Macaé. Membro do núcleo de pesquisa FOHPS (Fundo Público, Orçamento, Hegemonia e Política Social e do núcleo de pesquisa (Re)configuração da Política de Assistência Social Brasileira na Cena Contemporânea. Pesquisadora CAPES.

Macaé
PREFEITURA
Secretaria Adjunta | ENSINO SUPERIOR

Observatório
da Cidade de Macaé

ISBN: 978-65-89225-03-4
CBL
9 786589 225034